

Fórum Brasileiro da Economia Solidária: 3 anos de construção de uma Outra Economia

Introdução

Desde a década de 90, no Brasil, os atores da economia solidária vêm se articulando e se organizando em espaços regionais de atuação. No entanto, foi no primeiro Fórum Social Mundial (Porto Alegre/RS, 2001), que trabalhadores(as), ONGs, Igrejas, redes, movimentos sociais e representantes do poder público formaram o Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro), reunindo e aproximando entidades nacionais ligadas à Economia Solidária.

O GT Brasileiro exercitou a construção da unidade na diversidade, favorecendo o surgimento de uma identidade para o campo da economia solidária somando as contribuições específicas e diversas de cada organização.

Quando da eleição do Presidente Lula, o GT Brasileiro elaborou uma carta ao governo a ser empossado, apontando as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicando a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ao mesmo tempo em que organizava a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, ocorrida em dezembro de 2002, com participantes de empreendimentos, organizações de apoio e gestores públicos de diferentes regiões do país .

Outras duas Plenárias Nacionais se sucederam no primeiro semestre de 2003, envolvendo, a cada momento, um número maior de participantes representando bases articuladas ou em articulação em 17 estados brasileiros. Destaca-se, na ocasião, a existência de esforços de articulação de alguns anos nos estados do Rio Grande Do Sul (Conselho de Fóruns Micro-Regionais), Rio de Janeiro (Fórum do Cooperativismo Alternativo), Ceará (Rede Cearense da sócio-economia Solidária), Santa Catarina (comissão estadual de articulação) e a criação da rede brasileira da sócioeconomia solidária, entre outros.

Por ocasião da III Plenária, foi anunciada, pelo governo recém eleito, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Nesta mesma Plenária o movimento de Economia Solidária criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), respondendo às questões discutidas nos 17 estados com delegações presentes:

1. Qual a natureza do Fórum Brasileiro?
2. Quais são os elementos de concepção da Economia Solidária que unificam o movimento?
3. Qual sua Plataforma de mobilização e interlocução com os governos?
4. Qual a composição da sua coordenação nacional e representação estadual?
5. Qual sua forma de funcionamento?

Para subsidiar os debates outro texto problematizador foi colocado à disposição, denominado: os cinco desafios da Economia Solidária no Brasil, a saber:

1. O desafio da busca da sua identidade considerando a diversidade de iniciativas e práticas de diferentes origens históricas e diferentes dimensões sociais, setoriais, regionais.
2. O desafio da superação corporativismo institucional na perspectiva de construção de um projeto político comum, para além dos interesses fragmentados e setorializados ou da hegemonização como prática tradicional .
3. O desafio de incorporar ao projeto da economia solidária, calcada da auto-gestão, os esforços da economia popular, informal, familiar e suas diferentes práticas, em grande

parte refém de projetos de cunho assistencialistas, políticas compensatórias ou concepções de complementariedade e integração ao projeto neo-liberal.

4. O desafio de aproximação com movimentos sociais cujas práticas nos inspiram e cujas conquistas fazem parte de um acúmulo comum e da busca de alianças frente a projetos comuns de transformação social
5. O desafio de construir e conquistar políticas públicas e ver reconhecidos os sujeitos de um outro setor da economia, a economia solidária.

Ao longo destes 3 anos, o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) e a Secretaria Nacional (SENAES), que assumiu inteiramente a Plataforma de Lutas, definidas na III Plenária na sua proposta do Plano Plurianual, de governo, buscou formas de fortalecer o movimento e responder aos desafios ali colocados.

Foram 3 anos de experiências, aprendizados, ganhos e ...novos desafios!

Um novo contexto se apresenta: a implantação do Conselho Nacional da Economia Solidária, a realização da I Conferência Nacional, os programas, cada vez mais nítidos, de economia solidária em diferentes ministérios (MDA, MDS, MMA, MEC, etc.), as eleições presidenciais.

Tudo isso exige da parte dos atores comprometidos com o projeto de uma outra economia uma reflexão que permita novos passos dessa caminhada cujas trilhas se fazem ao caminhar.

A última reunião da coordenação nacional do FBES (cerca de 100 participantes), em junho 2006, trouxe à tona alguns elementos que propiciaram a decisão de se iniciar um processo de avaliação do FBES que será realizada ao longo de 6 a 8 meses, até meados de 2007, revendo seu papel, sua organicidade enquanto instrumento de organização e fortalecimento do movimento da economia solidária.

Seguem alguns elementos e interrogações que podem subsidiar os esforços de avaliação em curso.

1. Sobre as questões que orientaram a criação do FBES

1.1 - Quanto à natureza e papel do FBES

Duas palavras sintetizam os debates e as decisões tomadas em 2003: interlocução e mobilização. O FBES é um instrumento de interlocução política visando a conquista de políticas públicas para a economia solidária. Tal interlocução exige permanentemente processos de mobilização nas bases. Portanto o FBES assume também ser um instrumento de mobilização/organização das bases.

O exercício de interlocução política, centrado na relação com a SENAES, produziu momentos de definição de iniciativas, ações e programas compartilhados: o mapeamento, o programa nacional de feiras, o sistema de comércio justo, a campanha nacional de comunicação, o projeto BNB-Fundos Solidários, entre outros. Entretanto não se avançou na interlocução com outras áreas de governo.

Enquanto mobilização, o FBES/FEES protagonizou alguns eventos nacionais, calcado na sua capacidade de articulação nacional: O encontro nacional de empreendimentos, a participação e realização do abastecimento e feira no FSM-2004, a Feira Nacional da Economia Solidária e Cultura, a I Conferência Nacional. Entretanto esteve pouco mobilizado frente ao embate da

legislação proposta pela O.C.B.... E pouco presente nas mobilizações nacionais dos demais movimentos de maior aproximação com a economia solidária.

Como o FBES (e os FEES) tem cumprido com esse duplo papel?

1.2 - Quanto à concepção da economia solidária

Debatida intensamente e reproduzida sob diferentes formas e aspectos, a Carta de Princípios tem sido um “manual” de orientação para distinguir o que é e o que não é economia solidária. Entretanto para alguns ela é insuficiente, dado seu horizonte utópico, para “concretizar” campos de diferenciação.

Como exemplo, no mapeamento realizado que atingiu a cerca de 15.000 empreendimentos, até que ponto o conjunto de princípios serviu de parâmetro para a identificação do que é e o que não é economia solidária?

Como os princípios da economia solidária serviram para subsidiar o embate com a O.C.B. que, ao propor legislação para o cooperativismo, quer “classificar” a economia solidária diferenciadamente?

1.3 - Quanto à Plataforma de Lutas

Concentrada em 7 grandes eixos, cujos desdobramentos, detalhamentos, aperfeiçoamentos e priorização vem sendo trabalhadas ao longo dos 3 anos, nos Grupos de Trabalho compartilhados com a SENAES e outros órgãos públicos, a Plataforma foi transformada em Bandeiras de Luta por ocasião da I Conferência Nacional e incorporadas ao documento final.

São elas:

1. Produção, Comercialização e Consumo

1.1: Por um Sistema de comércio justo e solidário

1.2: Pelo acesso a formas de comercialização e crédito

1.3: Pelo fortalecimento das cadeias produtivas e das redes produtivas da economia solidária

2. Marco Legal

2.1: Pela modificação da Lei geral das sociedades cooperativas

2.2: Por um Sistema Legal de Economia Solidária

2.3: Pela Regulamentação da lei de falência, que favoreça a aquisição dos empreendimentos falidos pelos trabalhadores(as)

3. Finanças solidárias

3.1: Por um sistema nacional de finanças solidárias PRONADES, com recursos de diversas fontes;

3.2: Pelo fortalecimentos das redes de Cooperativas de Crédito, Bancos Comunitários, Fundos Solidários Rotativos, Microcrédito solidário, Clube de trocas

Educação

4.1: Pela Educação em Economia Solidária no sistema público de educação

4.2: Pela Educação em Gênero

4.3: Por um Programa Nacional de Educação e Formação em Economia Solidária

4.4: Pelo acesso aos Fundos Públicos de Educação para o Trabalho

Democratização do conhecimento e tecnologia

5.1: Pela democratização do conhecimento e desenvolvimento tecnológico

Comunicação

6.1: Pela visibilidade à Economia Solidária

6.2: Por uma linguagem própria das comunicações governamentais à população voltada para a comunicação popular, respeitando as diversidades regionais e culturais

Organização Social da economia Solidária

7.1: Pelo fortalecimento da organização social de ES, base de dados, centros públicos, territorialização.

7.2: Pela participação social na construção, execução e avaliação de políticas públicas locais, regionais e nacionais

7.3: Pela integração das ações governamentais de desenvolvimento e combate à pobreza, segurança alimentar, tendo a ES como eixo transversal

7.4: Pela integração econômica latinoamericana e mundial na perspectiva da Economia Solidária

Tais bandeiras tem servido de referência para os processos de interlocução e mobilização do FBES a nível nacional e, em alguns estados e municípios, para os Fóruns estaduais e micro-regionais.

Há, sem dúvida, ganhos em cada um dos 7 eixos da Plataforma, pois, de certa forma, foram incorporados à alguma agenda de governo nas 3 instâncias governamentais. Tais ganhos, entretanto, são diferenciados e, em grande parte não se traduzem em programas duradouros.

A incorporação pela SENAES no seu Plano Plurianual, da Plataforma do FBES, permitiu tornar visível as demandas do movimento e favoreceu a articulação e construção do FBES. De outro lado constata-se a fragilidade das iniciativas de implementação de Projetos e Programas.

As circunstâncias com que a economia solidária irrompe no espaço público-governamental caracterizam o experimentalismo, seja pelo reduzido orçamento, refeito a cada ano, seja pelas dificuldades de articulação e integração nas esferas governamentais, seja pela atuação episódica.

Por vezes aproveitou-se as oportunidades e sensibilidades afloradas no espaço público-governamental, por outras enveredou-se por espaços aparentemente propícios mas nem sempre resultando em ganhos para o fortalecimento do projeto de emergência e afirmação de uma outra economia. Sobretudo quando se avalia a participação maior ou menor, ou nula, dos seus segmentos principais: empreendimentos, assessorias, rede de gestores públicos . na construção desses programas/projetos.

Talvez por isso, a reflexão da coordenação nacional do FBES em junho assumiu, entre outras, a decisão de, implantado o Conselho Nacional da Economia Solidária, propor a imediata criação de Comissões Técnicas para a continuidade dos trabalhos de alguns Grupos de Trabalho considerados prioritários: Marco Legal, Finanças Solidárias, Produção, Comercialização e Consumo Solidário e Formação.

Se essa reflexão cabe para a atuação no espaço público-governamental, também cabe para o aprendizado do FBES/FEES enquanto instrumento de mediação e mobilização de um movimento em construção.

De forma descontínua, algumas vezes “paralela”, com “assimetrias”, diferenciações regionais, diferenciação de esforços e compromissos de confluência entre os 3 segmentos

principais, o movimento cresceu (para alguns “inchou”) à sombra de quase que um único provedor-interlocutor; a SENAES. Com pouca, ou mínima, capacidade de exercer seu papel de “controle social”, uma das bandeiras levantadas pela Plataforma e de ampliar interlocuções para dentro do Estado e junto à sociedade civil, movimentos sociais..

Em relação ao Combate à Fome e à absurda concentração de renda que leva à exclusão social, tema abordado na carta ao Presidente Lula, em 2002, a despeito dos esforços atomizados de diferentes forças governamentais e da sociedade civil, permanece um desafio para a economia solidária: visibilizar-se como estratégia emancipatória, ação estruturante, alternativa concreta de cidadania no rumo de um outro desenvolvimento.

Nesse sentido o tema sobre o Desenvolvimento Local (ou endógeno, como afirmam os venezuelanos) cumpre papel fundamental. O movimento possui não poucas experiências com razoáveis indicativos de processos de “empoderamento local” no campo e na cidade. Precisa reconhecê-los!

1.4 – Quanto à composição da coordenação nacional e a forma de funcionamento

A III Plenária, quando da criação do FBES, decidiu que a coordenação nacional seria composta dos 3 segmentos empreendimentos, assessorias e rede de gestores públicos. Cada estado elege, em assembleia, 3 representantes estaduais, sendo dois de empreendimentos e um de assessoria ou da rede de gestores públicos. As 12 organizações com capilaridade e/ou expressão nacional, até então participantes do Gt-Brasileiro foram integradas à coordenação.

Cerca de 100 participantes aos quais se somam recentemente a Unisol e a Ecosol, ligadas à CUT, a Unicafe (agricultura familiar) e o I. M. S. (instituto Marista de Solidariedade).

Para dar certa operacionalidade ao FBES, foram constituídos e aperfeiçoados, nesses 3 anos alguns mecanismos de gestão, hoje assim definidos: a secretaria executiva, a coordenação executiva nacional, os GTs de trabalho.

Passados 3 anos é possível verificar avanços e desafios que se colocam frente ao processo de gestão compartilhada: o “protagonismo” dos empreendimentos, a confluência das inúmeras iniciativas, o compromisso de fortalecimento e articulação das bases, a convivência entre formas de comunicação e decisão o mais horizontal possível e a inevitável necessidade de “representações” eleitas desde as bases.

Mais e mais afloram convites para a coordenação executiva e possibilidades de participação e articulação com diferentes movimentos sociais como também com áreas de governo. A agenda internacional, alimentada pela rede internacional da economia solidária, e, em especial latino-americana, obriga a uma participação e contribuição quase que permanente

Há questões permanentes que emergem continuamente sobre a natureza de funcionamento do FBES: o risco de se assegurar uma “cabeça” (secretaria executiva, coordenação nacional) sem “pés” ou com pés de barro (os FEES); a relação entre os segmentos de empreendimentos e de assessoria; a articulação entre redes corporativas de assessorias e de empreendimentos e o FBES; a “dependência” e a convivência com a SENAES, entre outros.

Tais questões deverão compor também a reflexão-avaliação que o FBES se propõe a realizar, culminando com a IV Plenária Nacional em meados de 2007.

II – Sobre os cinco desafios propostos em 2003

1. A identidade do movimento: as iniciativas das “feiras” e as “ousadias” das cadeias produtivas revelaram as possibilidades de práticas unificadas e favoreceram as articulações entre diferentes segmentos de empreendimentos. Resta, como desafio para o GT-Formação a construção de um programa unificado nos princípios e estratégias metodológicas e diversificado nas práticas que venha a reforçar essa identidade.
2. O corporativismo institucional é um desafio que remete às práticas já existentes em alguns estados que solidariamente compoem programas de trabalho conjunto. Isso requer, da parte dos programas públicos, uma clara definição de valorização da ação solidária, complementar e universalizante entre as organizações. Esse desafio supõe, para dentro das organizações, a incorporação em seus planos, das parcerias ativas, isto é, compartilhadas.
3. A integração entre as diferentes formas de Economia Popular (familiar, informal, artesanal, micro-unidades, etc.) e a Economia Solidária, sustentada por princípios auto-gestionários vem se dando na medida em que alguns desses segmentos, em especial a agricultura familiar e o artesanato, muito presentes no mapeamento realizado, verificam que seus projetos de afirmação de direitos podem confluir na Economia Solidária, numa outra ótica de desenvolvimento que não a néo-liberal.
6. Em relação aos movimentos sociais, alguns estão, de maneira mais explícita, se aproximando da economia solidária. Menos em razão de nossa iniciativa, mais em vista de que boa parte das bases de muitos movimentos estão sobrevivendo do seu trabalho, no seu cotidiano. Urge definir explicitamente uma política de alianças junto a movimentos de combate à fome, desempregados, sem terra, sem teto, ambientais (entre eles A.S.A.), Direitos Humanos, Combate a ALCA, Assembléia Popular, etc.
7. O desafio de construir e conquistar políticas públicas e ver reconhecidos os sujeitos de um outro setor da economia, a economia solidária. Para alguns/mas, a I Conferência Nacional foi frustrante nos seus resultados, no seu método! Para outros/as, ela foi mais uma vez a comprovação de que há um movimento capaz, com tão pouco tempo e tantas adversidades, de mobilizar, colocar sua Plataforma, fazer o exercício de visibilizar-se, confrontar, se auto-definir.

Certamente o quadro atual: realizada a I Conferência, instalado o Conselho Nacional, encerradas as eleições levará o movimento a buscar sua própria superação: levar o FBES para um outro patamar, como instrumento de confluência das forças sociais que se dispõem a contribuir com o avanço de um processo histórico.

Processo histórico do qual somos vítimas e, se quisermos somos também sujeitos; na crise civilizatória que atinge o mundo globalizado, um valor mais alto se levanta: a solidariedade como forma de preservação, sobrevivência e humanização das relações entre os homens, mulheres e a natureza.

Ademar Bertucci
FBES/Cáritas Brasileira